

LISTA DE QUESTÕES

1. NC-UFPR - FPMA/2019 Em relação aos aspectos contábeis gerais associados às Unidades Gestoras de Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), assinale a alternativa correta.

- a) Os bens, direitos e ativos de qualquer natureza vinculados à finalidade previdenciária da Unidade Gestora do RPPS devem ser avaliados e reavaliados periodicamente, a fim de garantir que estejam permanentemente representados pelos seus respectivos valores de mercado.
- b) A escrituração contábil da Unidade Gestora do RPPS deve ser distinta da escrituração mantida pelo ente federativo apenas nos casos em que a Unidade Gestora possuir personalidade jurídica própria.
- c) A escrituração contábil da Unidade Gestora do RPPS deve obedecer à legislação societária, isto é, a Lei nº 6.404/1976 e alterações posteriores.
- d) A carteira de investimentos financeiros da Unidade Gestora do RPPS deve ser avaliada ao custo amortizado.
- e) As demonstrações contábeis da Unidade Gestora do RPPS devem vir acompanhadas de parecer elaborado por Auditor Externo Independente.

2. NC-UFPR - FPMA/2019 Em relação ao Plano de Contas aplicado aos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), é INCORRETO afirmar:

- a) A Unidade Gestora do RPPS deve utilizar o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público Estendido, instituído pela Secretaria do Tesouro Nacional, até o 7º nível de desdobramento.
- b) Os ganhos ou perdas em investimentos da carteira de investimentos da Unidade Gestora do RPPS constituem variações patrimoniais aumentativas e diminutivas.
- c) De acordo com Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, as contas de Ativo devem ser dispostas em ordem decrescente de grau de conversibilidade (rapidez com que os valores podem ser convertidos em dinheiro); as contas de Passivo, em ordem decrescente de grau de exigibilidade (as que devem ser pagas mais rapidamente).
- d) A Unidade Gestora do RPPS deve registrar as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas pelo regime de caixa.
- e) As Provisões Matemáticas Previdenciárias devem ser reconhecidas como Passivo Não Circulante da Unidade Gestora do RPPS.

3. NC-UFPR - FPMA/2019 A respeito do tratamento contábil da carteira de investimentos do RPPS, assinale a alternativa correta.

- a) A legislação aplicada aos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) determina que as aplicações e investimentos dos recursos previdenciários sejam feitos exclusivamente por meio de gestão própria, ou seja, pela própria Unidade Gestora do RPPS.
- b) O Demonstrativo da Política de Investimentos (DPIN) deve ser enviado periodicamente pelo ente federativo que instituiu o RPPS para o Ministério da Previdência Social, a fim de garantir a emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária.
- c) A aquisição de títulos públicos federais como forma de investimentos previdenciários pela Unidade Gestora do RPPS necessita de autorização legislativa por parte do ente federativo que instituiu o RPPS.
- d) A legislação previdenciária determina que os títulos públicos federais adquiridos diretamente pelo RPPS devem ser mensurados periodicamente com base no respectivo custo amortizado, com base nas tabelas divulgadas diariamente pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).
- e) Não se aplica o teste de impairment para ativos previdenciários.

4. NC-UFPR - FPMA/2019 Em relação aos Sistemas e Demonstrativos exigidos pelo Ministério da Previdência Social das Unidades Gestoras dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS

por meio do Sistema de Informações dos Regimes de Previdência Social – CADPREV), considere as seguintes afirmativas:

1. Os seguintes demonstrativos devem ser elaborados e enviados pelos entes federativos instituidores de RPPS ao Ministério da Previdência Social por meio do Sistema CADPREV Web: Demonstrativo do Resultado da Avaliação Atuarial (DRAA); Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses (DIPR); Demonstrativo da Política de Investimentos (DPIN) e o Demonstrativo de Aplicações e Investimentos dos Recursos (DAIR).
2. O Demonstrativo do Resultado da Avaliação Atuarial (DRAA) do RPPS deve ser apresentado por sua Unidade Gestora do Ministério da Previdência Social, por meio do Sistema CADPREV Web, até o último dia útil do mês seguinte ao término de cada trimestre do ano-calendário.
3. O Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses (DIPR) é o principal documento de comprovação, pelos entes federativos, do cumprimento do caráter contributivo do RPPS, devendo ser enviado ao Ministério da Previdência Social, por meio do Sistema CADPREV Web, até o último dia do mês seguinte ao encerramento de cada bimestre do ano-calendário.
4. O Demonstrativo de Aplicações e Investimentos dos Recursos (DAIR), elaborado ao final de cada ano-calendário e entregue pelo ente federativo ao Ministério da Previdência Social, por meio do Sistema CADPREV Web, até 31 de março do ano-calendário corrente, em relação às informações do ano-calendário anterior é um relatório que demonstra, de forma análoga à Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos das Sociedades Anônimas, o resultado da variação da provisão atuarial do RPPS.
Assinale a alternativa correta.
 - a) Somente as afirmativas 1 e 3 são verdadeiras.
 - b) Somente as afirmativas 1 e 4 são verdadeiras.
 - c) Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
 - d) Somente as afirmativas 1, 2 e 4 são verdadeiras.
 - e) Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.

5. Instituto AOCP - Pref Cariacica/2019 A respeito do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Na classificação da receita orçamentária por natureza, as receitas correntes intraorçamentárias e as receitas de capital intraorçamentárias são representadas, respectivamente, pelos códigos 7 e 8 em suas categorias econômicas.
- b) A contribuição previdenciária patronal, de ônus do próprio ente público, constitui uma despesa intraorçamentária para o ente e uma receita intraorçamentária para o Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.
- c) A reserva do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS – pode ser executada orçamentariamente, pois esses recursos possuem previsão de serem utilizados em exercícios futuros, em rubricas específicas.
- d) As receitas intraorçamentárias são a contrapartida das despesas classificadas na Modalidade de Aplicação 91 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social.

6. CEBRASPE (CESPE) SEFAZ RS/2018 O art. 40 da Constituição Federal de 1988 estabelece que aos servidores titulares de cargos efetivos dos entes da Federação é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas. Esse artigo foi regulamentado pela Lei n.º 9.717/1998, que dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social (RPPS) dos servidores públicos, instituídos e organizados pelos

respectivos entes federativos. A respeito da reserva orçamentária do RPPS, assinale a opção correta.

- O saldo da reserva orçamentária do RPPS pode ser executado no próprio exercício de sua constituição, conforme a necessidade para cobertura de déficits orçamentários.
- A reserva orçamentária do RPPS será formada independentemente de superávit orçamentário, caso em que as receitas superam as despesas fixadas para o regime.
- No caso de constituição de reserva orçamentária decorrente do regime, as notas explicativas que acompanham os relatórios contábeis devem estar presentes nos demonstrativos tanto do ente quanto do próprio regime.
- A reserva orçamentária do RPPS é equiparada à reserva legal: ambas são constituídas com a finalidade de cobrir déficits financeiros das entidades.
- Os valores que compõem a reserva orçamentária não integram a carteira de investimento do regime.

7. CEBRASPE (CESPE) - SEFAZ RS/2018 A respeito do procedimento contábil relativo ao RPPS, assinale a opção correta.

- O ente que parcelar débitos com o RPPS deverá escriturar cada pagamento realizado como despesa mensal, independentemente do reconhecimento do passivo patrimonial.
- O ente federativo que possuir déficit atuarial poderá sanar a obrigação por meio de aportes periódicos, estabelecidos em plano de amortização com essa finalidade.
- A contabilização orçamentária decorrente da compensação previdenciária entre regimes — por exemplo, um cidadão que migra do regime geral para o próprio — deverá ser feita por seus valores líquidos correspondentes ao valor da transferência financeira de um regime para o outro.
- A contribuição previdenciária devida pelo servidor e beneficiários — aposentados e pensionistas — deve ser retida pelo ente no momento do pagamento da remuneração ao servidor e registrada contabilmente apenas no momento do repasse ao RPPS.
- Os encargos sobre contribuições patronais recolhidas fora do prazo receberão lançamentos distintos, se efetuadas em exercício posterior à execução orçamentária ou por meio de restos a pagar.

8. DÉDALUS - LEMEPREV/2018 Conforme a Portaria MPS n. 509, de 12 de Dezembro de 2013, os procedimentos contábeis aplicados aos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deverão observar o previsto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). Sobre o assunto, é incorreto afirmar que:

- A contribuição previdenciária patronal constitui uma despesa intraorçamentária para o ente e uma receita intraorçamentária para o RPPS.
- Caso as receitas previstas ultrapassem as despesas fixadas para o RPPS, gerando um superávit orçamentário, este constituirá a Reserva Orçamentária do RPPS, destinada a garantir desembolsos do RPPS em exercícios futuros.
- A transferência da contribuição dos servidores ao RPPS e a compensação previdenciária entre regimes constitui operação intraorçamentária.
- No caso de parcelamento de débitos do ente com o RPPS, deve haver o reconhecimento de um passivo patrimonial no ente.

9. DÉDALUS - LEMEPREV/2018 Conforme a Portaria MPS n. 402, de 10 de Dezembro de 2008, para a organização do RPPS devem ser observadas as seguintes normas de contabilidade, exceto:

- A escrituração contábil do RPPS deverá ser a mesma que a mantida pelo ente federativo, desde que a unidade gestora não possua personalidade jurídica própria.
- Os demonstrativos contábeis devem ser complementados por notas explicativas e outros quadros demonstrativos necessários ao esclarecimento da situação patrimonial e dos investimentos mantidos pelo RPPS.

c) A escrituração deverá incluir todas as operações que envolvam direta ou indiretamente a responsabilidade do RPPS e modifiquem ou possam vir a modificar seu patrimônio.

d) Os títulos e valores mobiliários integrantes das carteiras do RPPS devem ser registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos e marcados a mercado, no mínimo mensalmente, mediante a utilização de metodologias de apuração em consonância com as normas baixadas pelas entidades competentes.

10. NC-UFPR - FOZPREV/2018 Os empréstimos e os imóveis vinculados ao RPPS, com finalidade previdenciária, respectivamente concedidos e adquiridos, quando não havia vedação legal, ou recebidos como dação em pagamento recebem tratamento diferenciado, pois são de natureza patrimonial, devendo ser incorporados ao patrimônio do RPPS. Nesse sentido, assinale a alternativa que apresenta o lançamento adequado para o registro da incorporação do imóvel à carteira de investimentos do RPPS.

- a) D – 1.2.3.2.x.xx.xx – Investimentos C/Recursos Vinculados (Longo Prazo) a C – 6.2.3.1.7.04.00 – Empréstimos e Financiamentos.
- b) D – 1.2.3.2.x.00.00 – Imóveis a C – 6.2.3.1.7.04.00 – Empréstimos e Financiamentos.
- c) D – 1.2.3.2.x.xx.xx – Investimentos C/Recursos Vinculados (Longo Prazo) a C – 6.x.x.x.x.xx.xx – Aquisições ou Incorporação de Bens.
- d) D – 1.2.3.2.x.00.00 – Imóveis a C – 6.x.x.x.x.xx.xx – Aquisições ou Incorporação de Bens.
- e) D – 1.2.3.2.x.00.00 – Imóveis a C – 6.2.3.1.7.04.00 – D – 1.1.5.8.x.00.00 – Empréstimos e Financiamentos com Recursos Previdenciários (Curto Prazo) a C – 6.2.3.1.7.04.00 – Empréstimos e Financiamentos.

11. NC-UFPR - FPMA/2019 As receitas dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) são divididas entre Receitas Orçamentárias Correntes e Receitas Orçamentárias de Capital.

Em relação aos exemplos de receitas orçamentárias abaixo listados, assinale 1 se for Receita Orçamentária Corrente e 2 se for Receita Orçamentária de Capital.

- () Receitas financeiras de investimentos que compõem a carteira de investimentos da Unidade Gestora do RPPS.
- () Recebimentos decorrentes da amortização de empréstimos concedidos pela Unidade Gestora do RPPS a terceiros.
- () Aportes financeiros efetuados pelo ente federativo para cobertura de déficit atuarial do Plano previdenciário.
- () Receitas decorrentes das contribuições patronais do ente federativo ao qual a Unidade Gestora do RPPS é vinculada.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- a) 1 – 2 – 2 – 2.
- b) 2 – 1 – 1 – 1.
- c) 2 – 1 – 2 – 2.
- d) 1 – 1 – 2 – 1.
- e) 1 – 2 – 1 – 1.

12. Instituto AOCP - ADAF/2018 Em relação à classificação orçamentária por natureza, referente aos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) dos servidores públicos, a contribuição previdenciária “patronal” constitui uma despesa

- a) intraorçamentária para o ente e uma receita intraorçamentária para o RPPS.
- b) orçamentária para o ente e uma receita intraorçamentária para o RPPS.
- c) extraorçamentária para o ente e uma receita intraorçamentária para o RPPS.
- d) intraorçamentária para o ente e uma despesa orçamentária para o RPPS.
- e) intraorçamentária para o ente e uma receita extraorçamentária para o RPPS.

GABARITO

1. A
2. D
3. B
4. A

5. C
6. C
7. B
8. C

9. A
10. D
11. E
12. A